

Alfabetizar para nacionalizar: discurso e atuação de inspetores e professores no ensino da língua portuguesa nas colônias italianas do Paraná/Brasil (1900-1930)

Prof.^a Dr.^a. Elaine Cátia Falcade Maschio

Analisar o discurso sobre a nacionalização do ensino nas escolas primárias localizadas nas colônias italianas do Paraná/Brasil é o objetivo deste texto, que busca compreender as tensões produzidas entre o discurso do Estado sobre a necessidade de alfabetizar a criança na língua nacional e a atuação dos professores na tentativa de cumprir as normativas legais impostas. O desvelar desse contexto ocorre em um recorte temporal que abrange os anos de 1900, quando se iniciou as discussões sobre a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa nas escolas primárias paranaenses, em função das ameaçadas advindas da colonização estrangeira no estado; até o ano de 1930, quando a nacionalização do país se tornou compulsória. A partir da análise do discurso empreendido sobre a necessidade de alfabetizar para nacionalizar, a presente proposta insere-se na perspectiva da História Cultural, a qual busca compreender por meio da nova história política (RÉMON, 1996) as relações de poder estabelecidas pela rede de interdependência (ELIAS, 1995) entre estado e sociedade, bem como, as estratégias e táticas (CERTEAU, 2007) instituídas por inspetores e professores frente aos ditames legais. Pretendeu-se problematizar como essa relação determinou condutas, instituiu mecanismos de controle, engendrou táticas de assimilação e resistência, e por fim, definiu procedimentos para a formação da infância ítalo-brasileira nas regiões de colonização. Com a pretensão de cotejar os discursos, a legislação educacional e as práticas de escolarização, a fim de verificar a nacionalização das escolas primárias, a pesquisa dispôs de um pujante conjunto de documentos, composto por Relatórios dos Secretários do Governo; Mensagens dos Presidentes a Assembleia Legislativa; Regulamentos, Leis e Decretos da Instrução Pública; Ofícios e Requerimentos de autoridades civis, professores e comunidade em geral; além dos principais periódicos paranaenses que circulavam por todo o período, tais como: *A República*; *Dezenove de Dezembro*, *Diário da Tarde*, *Gazeta Paranaense* e *A Notícia*. A escola constituiu-se como *lócus* onde convergem expressões de diferentes grupos que ocupam as múltiplas instâncias sociais, e que por sua vez produzem estratégias de intervenção moral e educativa. Não obstante, estes mecanismos de controle não produzem respostas adjacentes no espaço escolar. A mudança e transformação das práticas de ensino dependem do modo como as representações são apropriadas pelos sujeitos escolares, considerando os modos como as recebem e como assimilam ou reagem diante das prescrições, arranjando por meio de práticas subjetivas o que chamamos de cultura escolar. Por meio das vozes dos inspetores escolares, o estado paranaense operou uma ampla campanha de alfabetização com o intuito de nacionalizar a infância estrangeira. A atuação dos inspetores escolares se constituía no principal instrumento de difusão e fiscalização das estratégias de nacionalização. Nos relatórios, os inspetores buscavam representar o bom desempenho docente, ou, repreendê-lo caso sua atuação fosse descuidada em relação às práticas de alfabetização da língua portuguesa. A maioria dos professores das escolas das

colônias italianas era de origem brasileira, e a atuação configurou-se na necessidade em responder as expectativas das autoridades educacionais, assimilando os discursos de nacionalização ou opondo-se a ele.